

PROTEÇÃO AOS ANIMAIS:

PROPOSTA DIDÁTICA SOBRE A LEI MUNICIPAL Nº 3309/2014 DE ARARANGUÁ-SC EM AULAS DE CIÊNCIAS BASEADAS EM PROJETOS

Aluna: Deisi Pereira Machado (deisi.p@hotmail.com)
Orientadora: Nayara Salbego (nayara.salbego@ifsc.edu.br)

RESUMO

Esse artigo se dedica à proposição de atividades na disciplina de Ciências que possibilitem que os alunos se tornem protagonistas na construção de seus aprendizados e de uma sociedade potencialmente sustentável e empática com todos os seres vivos. Neste trabalho foi desenvolvida uma proposta didática, baseada na abordagem em projetos, tendo como elemento norteador a Lei Municipal Nº 3309/2014, da cidade de Araranguá-SC, a qual aponta direcionamentos acerca de maus tratos com animais no município. Como resultado desse trabalho, apresenta-se a proposta didática que pode ser utilizada como princípio para aulas, projetos e abordagens pedagógicas que incentivem a proteção aos animais através da legislação local. Da mesma forma, pretende-se motivar a prática em sala de aula de reflexão sobre proteção aos animais e conhecimento da legislação local.

Palavras-chave: proteção aos animais; legislação municipal; ensino baseado em projetos.

1.INTRODUÇÃO

Este trabalho traz uma proposta didática que trabalha proteção aos animais com base em uma legislação municipal e na metodologia de ensino baseada em projetos. A proposta didática encontra-se anexa a este trabalho e sugere-se que seja realizada a sua leitura antecedente, a fim de prover conhecimento prévio acerca do que será desenvolvido no presente artigo. O público-alvo indicado para que seja trabalhada esta proposta didática é o 9º ano do Ensino Fundamental, no entanto, pode ser adaptada a outros anos. Trata-se

de uma proposta didática que enfatiza a possibilidade de aliar ciência, legislação e projetos.

A proposta elaborada para este trabalho busca tornar os alunos protagonistas no processo de ensino-aprendizagem, por meio de uma metodologia que seja significativa e que faça sentido de acordo com a realidade em que estão inseridos. Por isso, é importante adaptar o conteúdo conforme o entorno dos educandos e focar na abordagem de ensino baseada em projetos (MOURA; BARBOSA, 2010).

Assim, buscou-se trazer um tema que é próximo da realidade dos alunos, aliado ao conhecimento técnico científico. Outro fator determinante para a seleção dos temas centrais deste trabalho é encorajar que mais professores e pesquisadores se dediquem a reflexão em sala de aula sobre proteção aos animais e legislação municipal.

Para a apresentação deste estudo, inicialmente trataremos da fundamentação teórica, abordando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), documento que norteia todo o ensino no nosso país, trazendo normas, diretrizes e recomendações. Também foi analisado o tema ensino e aprendizagem baseados em projetos, que é a abordagem didática que permeia as atividades propostas. Ainda assim, apresentou-se a Lei Municipal nº 3309/2014, que é o conteúdo central da proposta didática, trazendo a realidade da comunidade e do aluno para o ensino e aprendizagem formal vivenciado em sala de aula.

Por conseguinte, será apresentada a metodologia de pesquisa utilizada no desenvolvimento e construção desse trabalho, explicando o porquê de a pesquisa ter cunho qualitativo. Da mesma forma, abordou-se como se deu o desenvolvimento e a elaboração deste trabalho. Na sequência, apresenta-se de forma detalhada a proposta didática que alicerça esse trabalho, explicitando cada atividade e pontuando suas especificações e justificativas teóricas.

É relevante salientar que a proposta didática não foi aplicada em sala de aula até o momento, mas que será divulgada em publicação científica e em eventos acadêmicos na área de educação, a fim de divulgar para educadores que desejarem aplicá-la.

Assim, este trabalho enfoca diretamente o estudo da biodiversidade, estando mais centrado no cuidado e bem-estar dos animais. Mais especificamente, a pesquisa centrou no que concerne o incentivo à proposição e adoção de alternativas individuais e coletivas, ancoradas na aplicação do conhecimento científico, que almejem a proteção do bem-estar animal.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os temas centrais do estudo desenvolvido para elaboração da proposta didática são a Base Nacional Comum Curricular, a abordagem de ensino e aprendizagem baseados em projetos e a Lei Municipal N° 3309/2014, da cidade de Araranguá-SC. Desta forma, será abordada nesta seção os aspectos teóricos principais que explicam conceitos-chave sobre os temas principais e, especificamente, relacionam-se à proposta didática desenvolvida com base na pesquisa elaborada para este estudo.

2.1 BNCC – Base nacional comum curricular

O presente trabalho está construído de acordo com o que está previsto na BNCC na unidade temática Vida e Evolução, tendo como objeto de conhecimento o tema Preservação da Biodiversidade (BNCC, 2017, p. 350).

O eixo temático Vida e Evolução da BNCC (2017) engloba o estudo dos seres vivos: suas características e necessidades, processo evolutivo, interação entre os seres vivos – principalmente a interação que o ser humano estabelece entre si e com os demais seres vivos e elementos não vivos do ambiente – e preservação da biodiversidade.

Promover com qualidade o ensino de ciências nas escolas pode ajudar a assegurar o futuro da nação, isso porque um bom desenvolvimento econômico e social está diretamente ligado ao investimento realizado em educação. O conhecimento é a peça-chave para alavancar a produção científico-tecnológica e abrir possibilidades bem-sucedidas de inserção no mundo globalizado e competitivo, respeitando princípios de preservação da biodiversidade (UNESCO, 2005).

Da mesma forma, o ensino de ciências inclui o aprendizado sobre aspectos relativos à saúde individual e coletiva, inclusive no âmbito das políticas públicas. Por isso justifica-se a importância de se trabalhar com temas que envolvem a interação dos alunos com outros seres vivos, assim como o que foi proposto neste trabalho (VYGOTSKY, 2003a).

A BNCC (2017, p.351) também prevê: “Propor iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade, com base na análise de ações de consumo consciente e de sustentabilidade bem-sucedidas”.

Nesse viés, a seleção do eixo temático específico Vida e Evolução dentro da BNCC (2017) busca promover e incentivar uma convivência em maior sintonia com o ambiente e a biodiversidade. Destarte, esta proposta de pesquisa trabalhou os princípios de proteção aos animais, estabelecendo relações com seus ambientes de convívio. Na área da educação, a BNCC (2017) é um dos documentos centrais que devem nortear todo o trabalho desenvolvido nas escolas, por isso se justifica a importância de se destacar que esse tema justifica a pesquisa desenvolvida e a proposta didática apresentada como resultado do estudo.

O ensino de ciências contribui não apenas para ampliar o repertório de conhecimentos do alunado, mas pode também auxiliar a desenvolverem habilidades e valores que lhes possibilitam continuar aprendendo, atingindo patamares mais elevados de cognição, os quais contribuem para o desenvolvimento integral da nação (LIMA & MAUÉS, 2006).

Ainda é importante destacar que a BNCC (2017, p. 343) traz a importância de tornar os alunos ativos e participativos no processo de construção do conhecimento:

É importante motivá-los com desafios cada vez mais abrangentes, o que permite que os questionamentos apresentados a eles, assim como os que eles próprios formulam, sejam mais complexos e contextualizados. Além disso, à medida que se aproxima a conclusão do Ensino Fundamental, os alunos são capazes de estabelecer relações ainda mais profundas entre a ciência, a natureza, a tecnologia e a sociedade, o que significa lançar mão do conhecimento científico e

tecnológico para compreender os fenômenos e conhecer o mundo, o ambiente, a dinâmica da natureza.

Assim como preconiza a BNCC, buscou-se com este trabalho tornar os alunos mais ativos em sala aula, questionando e tornando-os questionadores, sendo criadores ativos de suas realidades. Em toda a proposta didática houve a preocupação de sempre contextualizar o conteúdo novo, assim como é referenciado na BNCC.

Desta forma, esta pesquisa buscou aliar o conhecimento técnico que a BNCC (2017) propõe com a abordagem de ensino baseada em projetos, trazendo desafios aos alunos, tornando-os protagonistas e almejando proporcionar uma aprendizagem que traga mais significado. A BNCC aborda o direcionamento técnico necessário para a construção da proposta didática trazida nesse artigo, estando assim de acordo com os direcionamentos que a base educacional brasileira enfatiza.

2.2 Ensino e aprendizagem baseados em projetos

Em termos breves, pode-se dizer que a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) é uma abordagem de ensino na qual os alunos adquirem conhecimentos e habilidades trabalhando por um longo período para investigar e responder a uma questão, um problema ou um desafio autêntico, envolvente e complexo (FERREIRA, 2019). Desta forma, o aluno é protagonista do seu processo de aprendizagem, sendo o professor um mediador ou facilitador do conhecimento e dos recursos necessários para envolver os alunos no processo de aprendizagem (MOURA; BARBOSA, 2010; NOGUEIRA, 2007).

Através da execução de projetos, todos os envolvidos podem se beneficiar com as experiências vividas, obtendo novos conhecimentos e novas habilidades (MOURA; BARBOSA, 2010). De acordo com Nogueira (2007, p. 80):

Os projetos, na realidade, são verdadeiras fontes de investigação e criação, que passam sem dúvida por processos de pesquisa, aprofundamento, análise, depuração e criação de hipóteses, colocando em prova a todo momento as diferentes potencialidades dos

elementos do grupo, assim como as suas limitações. Tal amplitude nesse processo faz com que os alunos busquem cada vez mais informações, materiais, detalhamentos, etc., fontes estas de constantes estímulos no desenrolar do desenvolvimento de suas competências.

Como defende Nogueira (2007), os projetos exercem papel fundamental para a construção de uma aula onde seja possível testar, investigar, provar e prever teses e investigações. Desta forma, pode se dar mais autonomia e significado ao conteúdo trabalhado em sala de aula. Neste mesmo sentido, o fato de se abordar uma lei municipal pode aproximar o conteúdo da realidade do alunado, ainda mais tratando de uma realidade tão visível no dia a dia que é a questão da proteção aos animais.

A abordagem de aprendizagem baseada em projetos visa favorecer o desenvolvimento de um cenário prático, ao mesmo tempo em que se desenvolvem habilidades essenciais de análise e solução de problemas. Isso ocorre porque o foco da prática pedagógica é centrado nos estudantes, que são envolvidos em torno de um projeto para atender a uma demanda da sua realidade (NEUMANN; BORELLI; OLEA, 2016).

Segundo Paula (2017), elaborando o conhecimento dessa forma, o estudante desenvolve conhecimentos, habilidades e atitudes que o poderão influenciar positivamente na sua formação como um cidadão ético.

De acordo com a abordagem de ensino baseada em projetos, o aluno deve estar sempre no centro do processo, para isso devemos considerar seus desejos e a mudança que se dá no seu pensar e se relacionar com o mundo. Assim, a aprendizagem não pode se resumir a um mero passar de conteúdo (KLEIN, 2103), ou seja, os tópicos estudados devem ter como eixo central a realidade dos alunos, suas aptidões, necessidades, potencialidades e dificuldades, sendo sempre adaptáveis à cada realidade nova. Dessa forma, o estudo da lei municipal dentro de um projeto pode colaborar com sua formação social.

O ensino baseado em projetos pode proporcionar aprendizagem potencialmente significativa que ocorre quando o estudante se envolve de forma ativa nas discussões e decisões em sala de aula. Para isso, é necessário que

ele esteja completamente interessado pelo processo e perceba os benefícios que estas ações podem lhe proporcionar. Portanto, ele mesmo pode passar a ser o protagonista da sua aprendizagem (KLEIN, 2013).

Nesse contexto, o professor atua como mediador direcionando os alunos na superação das dificuldades. Dessa forma, os estudantes poderão desenvolver suas habilidades de trabalho em equipe, de pesquisadores e de questionadores das próprias normas jurídicas que estão sendo criadas e desenvolvidas em suas comunidades, municípios, estados e União. É importante considerar que atitudes e valores se constroem desde cedo, ao que compete à escola, desde os anos iniciais, de forma a promover espaços que possibilitem debate, reflexão, argumentação, questionamento e o gosto pela participação pública (MARTINS & PAIXÃO, 2011).

A realidade de cada turma, bem como a comunidade no entorno, devem ser levados em conta, pois de acordo com Brandi e Gurgel (2002), e esses fatos poderão direcionar para um resultado com mais potencial significativo, ou ainda para a concretização de um processo de ensino e aprendizagem interdisciplinar e contextualizado, segundo Brandi e Gurgel (2002).

O professor atuará como mediador e o aluno como protagonista, destacando-se sempre a importância de adaptação das atividades propostas às necessidades da turma (VYGOTSKY, 2003a). A abordagem de ensino baseada em projetos pressupõe que os alunos atuem de forma ativa na construção do aprendizado, por isso a importância de o professor estar sempre presente para mediar a aprendizagem quando necessário, incentivando e proporcionando um processo de ensino e aprendizagem interessantes a todos.

Logo, baseado na abordagem de ensino por projetos, a proposta didática apresenta estratégias dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à temática do trabalho para que o professor possa estabelecer uma estruturação mais aberta e flexível do conteúdo (NOGUEIRA, 2007).

2.3 Lei municipal Nº 3309/2014

Ao se propor um trabalho em sala de aula que tenha como base uma norma jurídica, almeja-se aproximar o aluno do processo democrático e jurisdicional, mostrando a importância das formas de concepção, aplicação e fiscalização. Além disso, possivelmente encorajando à conscientização quanto ao papel fundamental que os cidadãos exercem. Dessa forma, podem começar a refletir e exigir de seus governantes que cumpram e zelem pelo cumprimento da lei pela sociedade (BARROS, 2016).

A primeira legislação brasileira que dispôs sobre o bem-estar dos animais foi o Decreto nº 16.590, de 1924, que regulamentava as Casas de Diversões Públicas. Em seu texto, o decreto proibia as corridas de touros, garraios e novilhos, e de galos e canários, entre outras diversões que causavam sofrimento aos animais (BRASIL, 1924).

A teoria dos direitos dos animais tomou força a partir dos anos 2000, impulsionada pela mudança de paradigma propiciada pela revolução científica e pela crise moral (DIAS, 2015). A partir de então, iniciou-se um movimento cada vez maior que visa garantir a proteção e bem-estar aos animais. Foram desenvolvidas normas federais, estaduais e municipais para assegurar que os animais sejam bem tratados. Além disso, na sua maioria, as leis preveem punições aos que descumprem as normas.

Seguindo esse viés, o município de Araranguá possui legislação vigente que visa garantir o bem-estar dos animais, a Lei Municipal Nº 3309/2014, que estabelece as diretrizes e normas gerais acerca do registro, vacinação, criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no município de Araranguá, e dá outras providências.

Trabalhar com legislação em sala de aula pode possibilitar a formação social do cidadão. Por isso, este trabalho tem a Lei Municipal Nº 3309/2014 como objeto principal. Nesse sentido, Barros (2016, p. 870) afirma que:

O cidadão educado segundo os valores democráticos é capaz de entender que as leis são formuladas para orientar o bem coletivo, como garantia dos direitos e deveres de todos perante o Estado e os

concidadãos. As convicções pessoais, portanto, devem ser abdicadas em nome dos valores maiores que orientam a convivência democrática.

A citação de Barros (2016) ajuda a evidenciar o papel que a escola exerce na formação dos cidadãos, pois é ali que os alunos terão a primeira possibilidade de participar da democracia, convivendo com diferentes realidades e mediados pelos professores, os quais buscam soluções para problemas sociais que sejam para o bem da coletividade.

Portanto, assume-se que pesquisas reforçam a potencialidade da premissa educação e legislação através de práticas educativas. Foi nesse contexto que a proposta didática deste trabalho foi pensada. Nesse âmbito, Farias (2007, p. 158) destaca que:

No Brasil, atribui-se à educação básica a formação para o exercício da cidadania, ao propor-se um currículo que tenha vínculos com as diversas dimensões da vida dos alunos e voltado a um ensino contextualizado e fundamentado na interdisciplinaridade.

Proporcionar uma educação cidadã aos nossos estudantes envolve promover reflexão sobre como eles podem se tornar pessoas ativas em suas comunidades, buscando por melhorias e pensando no bem coletivo das pessoas e dos animais também. É fazer com que o conhecimento científico tenha aplicação prática em suas vidas e que eles consigam participar dos processos e vivenciar as situações. Desta forma, contribui-se para que estudantes reflitam sobre a vida em sociedade, buscando cada vez mais uma democracia sustentável (BARROS, 2016).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem cunho qualitativo. Dessa forma, procurou-se conhecer o que vem sendo produzido sobre o tema, as discussões suscitadas e as metodologias utilizadas nos artigos científicos referentes ao assunto.

O presente trabalho se propôs a observar seu objeto de estudo de forma próxima e detalhada, descrevendo os fenômenos sociais como processuais, de forma a analisar a vivência diária como fenômeno social e transformá-las em um processo a ser estudado e melhorado (CARDANO, 2017), o que caracteriza um estudo de cunho qualitativo.

O presente trabalho foi desenvolvido tendo como base principal a Lei 3309/2014, do município de Araranguá/SC, onde se desenvolveu um estudo detalhado e pormenorizado acerca dessa norma jurídica, para só então posteriormente, dar-se seguimento ao planejamento e elaboração da proposta didática.

Para tanto, foi realizada uma busca nas bases de dados da Biblioteca Scielo, do Google Acadêmico e do Portal CAPES utilizando das seguintes palavras-chave: 'proteção aos animais', 'bem-estar animal', 'legislação municipal', 'ensino fundamental', 'metodologia de ensino baseada em projetos' e 'ensino de ciências'. Destaca-se que não foi encontrado nenhum trabalho com tema semelhante ao proposto no presente artigo, ou seja, que una legislação, educação e proteção aos animais. Isto pode representar um empecilho ao desenvolvimento teórico do assunto, mas ao mesmo tempo também incentivou a produção deste estudo, pois conseqüentemente poderá servir de fonte para outros pesquisadores.

Para a análise dos artigos, foi feita leitura exploratória, analítica e crítica a fim de alcançar os objetivos deste estudo. Conforme Salvador (1986), a leitura crítica supõe dupla capacidade: saber escolher e saber diferenciar os elementos essenciais para os objetivos do pesquisador, perceber as ligações que os unem e a sua seqüência ao longo de um raciocínio. Já a leitura analítica é feita a partir de textos selecionados e a leitura crítica é quando se desenvolve um pensamento crítico/reflexivo a respeito dos temas do texto.

Desta forma, este trabalho almeja abrir caminhos em uma área pouco explorada, que alie legislação e sala de aula em nível fundamental. Por meio desse trabalho, pretende-se que mais pessoas se sintam encorajadas e possam replicar essa prática, fazendo com que cada vez mais a educação esteja presente de forma interdisciplinar e integrada à vida em sociedade.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PROPOSTA DIDÁTICA

A proposta didática desenvolvida para este artigo é direcionada para as aulas de Ciências do 9º ano do Ensino Fundamental. A escolha da turma a ser aplicada, segue o que recomenda a BNCC (BNCC, 2017) em termos de conteúdo, além de estar baseada na abordagem de ensino de projetos. A proposta tem como foco principal de estudo a Lei Municipal de Araranguá nº 3309/2014, que estabelece as diretrizes e normas gerais acerca do registro, vacinação, criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no município de Araranguá, e dá outras providências.

O plano de aula proposto é dividido essencialmente em nove (9) partes, sendo previsto que sejam necessárias aproximadamente onze (11) horas aula. Devendo-se sempre levar em consideração os aspectos singulares de cada turma e contexto escolar, sendo que podem ser necessárias mais ou menos horas-aula, dependendo da avaliação do professor da turma.

Optou-se pela divisão do plano de aula em seções, para que haja uma melhor compreensão e visualização sobre quais temas e atividades são mais relevantes em cada etapa. Desta forma, traz-se de forma detalhada cada etapa e as sugestões de atividades que a compõem.

4.1 Parte I - Iniciando as atividades: introdução e sondagem

Inicialmente, a proposta didática desenvolvida neste estudo apresenta uma sondagem da aprendizagem dos alunos. Da mesma forma, são propostas reflexões para motivar a curiosidade nos alunos. Nesta fase será trabalhado o conhecimento prévio que os alunos trazem sobre o assunto. Importante nessa fase é proporcionar situações de aprendizagem em que os alunos possam ser atuantes e consigam contextualizar com seus cotidianos, levando-os a compreender o porquê essa lei foi criada, qual sua importância e aplicabilidade (MOURA; BARBOSA 2010).

Ainda sobre a sondagem inicial, Miras (2009, p. 61) afirma que é fundamental:

Esses conhecimentos prévios são os fundamentos para construção dos novos significados. Uma aprendizagem é tanto mais significativa quanto mais relações com sentido o aluno for capaz de estabelecer entre o que já conhece, seus conhecimentos prévios e o novo conteúdo que lhe é apresentado como objeto de aprendizagem.

Seguindo Miras (2009), para esse momento inicial, é proposto *brainstorming* (levantamento de ideias), com sugestões de questionamentos, como 'O que vocês entendem por bem-estar animal?', 'Vocês possuem animais de estimação?', 'Como você promove o bem-estar deles?', dentre outras. Nesta etapa, cada questão deve ser explorada ao máximo, fazendo simulações, explorando o conhecimento e incentivando a discussão entre os alunos. (MOURA; BARBOSA 2010). Essa etapa busca trazer o conhecimento prévio dos alunos para embasar o conteúdo teórico que será abordado na sequência. Esta etapa segue o preceito de que o projeto deve partir da realidade dos alunos, por isso sua importância (MIRAS, 2009).

Logo, sugere-se que sejam assistidas algumas cenas de um filme, de forma a aguçar a curiosidade e tornar a aula mais próxima da realidade da turma. É possível, nesta etapa, selecionar cenas-chave de um filme sobre animais e fazer intermediações de discussão sobre estas seções específicas, direcionando-as ao conteúdo central da proposta didática. Assim, possibilita-se conexão entre as perguntas lançadas no *brainstorming* com o objetivo de assistir e analisar cenas de um filme direcionando o diálogo já para o tema-alvo.

Foram trazidas diferentes sugestões de filmes, que podem ter seus enfoques direcionados, por isso o educador deve fazer a escolha de acordo com a maior necessidade de seus alunos e/ou comunidade e ainda verificar a disponibilidade da obra para reprodução em sala de aula. Alguns exemplos selecionados e sugeridos para esta proposta didática são: *Okja* – é um filme cujo enredo destaca o interesse econômico em detrimento do bem-estar dos animais; *Dr. Dolittle* – traz a paixão de um profissional que tem uma conexão muito forte com seus pacientes; *O Rei Leão* – traz como uma das temáticas a diversidade e a preservação das florestas; *Rio* – é uma obra que evidencia o tráfico de animais, maus tratos, entre outros; *Pets* – traz de forma lúdica os animais como seres com vontades, desejos, necessidades e dá ênfase a forma como são tratados; *Mogli*, o menino lobo – ilustra como os animais são amorosos e como nossa

biodiversidade é variada e essencial para a vida. Estes são alguns exemplos, os quais podem ser determinados de acordo com as necessidades ou afeição das turmas nas quais a proposta didática for desenvolvida.

Quando o cinema entra na escola, com a exibição de cenas de um filme, por exemplo, não se trata de fazer com os alunos apenas uma análise do tema abordado, mas sim colocar a história em análise. Assumir o lugar do autor do enredo e questioná-lo, principalmente trazendo o assunto para a realidade do aluno (BERGALA, 2008). Nesse viés também cabe a aproximação da lei municipal com o enredo das cenas do filme escolhido.

Logo após a parte do filme, propõe-se fazer uma retomada das questões do *brainstorming*, instigando os alunos a relatarem suas impressões e fazer novos questionamentos, encorajando-os a refletir e fazer com que vejam implicações em suas vidas cotidianas dos temas abordados. O professor como mediador pode realizar atividades que busquem demonstrar onde aquele conteúdo será aplicado na vida do aluno e porque é importante aprender e refletir sobre isto.

4.2 Parte II – Desenvolvimento das atividades

Nesta fase será trabalhada a legislação que fundamenta este trabalho. Para isso, a proposta didática sugere que o professor pode iniciar fazendo uma explanação sobre a legislação, abordando aspectos desde como ela é criada, como é desenvolvida, quem as cria e aprova, abordando os aspectos práticos sobre a aplicação e fiscalização da lei. Nesta fase, se possível, sugere-se a organização de uma visita à Câmara de Vereadores ou até mesmo o convite a uma autoridade sobre o assunto, por exemplo, um vereador, para visitar a sala de aula. Esta aproximação pode ajudar os alunos a entenderem que a legislação é importante e está presente em todos os seguimentos das suas vidas. Assim, os alunos podem adquirir consciência de como e por quem as leis são desenvolvidas (DIAS, 2015). Caso esse momento no qual a turma recebe um visitante seja possível, pode-se realizar as perguntas do *brainstorming* com esta pessoa.

Na sequência, sugere-se que nesta etapa a turma seja dividida em grupos, de forma que cada grupo fique responsável por estudar uma parte da legislação, se apropriando do seu conteúdo. Na proposta didática, foi sugerida a divisão da lei em nove partes, assim formando nove grupos de alunos. Essa divisão foi feita, de forma a englobar artigos que são semelhantes entre si e tratam sobre temas parecidos e para que haja uma sequência na apresentação dos conteúdos (MOURA; BARBOSA 2010).

A proposta didática sugere que os alunos se reúnam e estudem a norma, bem como preparem uma apresentação por meio de *banners* digitais para compartilhar com a turma os conhecimentos que adquiriram. Esses mesmos banners digitais serão usados para promover uma ação de conscientização na comunidade. Sugere-se que um laboratório de informática seja utilizado para esta etapa. O tempo destinado para este momento da proposta didática poderá ser de duas ou três aulas. O papel do professor será de auxiliar e mediar os estudantes na construção da interpretação, estudos, conhecimento e produção do *banner* digital (NOGUEIRA, 2007). Recomenda-se a utilização de websites gratuitos para a elaboração de banner digitais, como Piktochart (<https://piktochart.com/>) ou Canva (<https://www.canva.com>), os quais têm modelos editáveis gratuitos que podem ser baixados em PDF e/ou JPEG após finalizados. Além disso, são recursos sobre os quais há uma variedade de tutoriais fáceis e rápidos disponíveis de forma on-line.

Convém destacar nessa fase a importância da mediação do professor, que de acordo com Barros (2016), deve auxiliar os grupos intervindo quando necessário. No entanto, é importante que os alunos construam o seu conhecimento e sejam protagonistas nesse processo e o professor atue como um mediador, seguindo as premissas da abordagem baseada em projetos (MOURA; BARBOSA, 2010; NOGUEIRA, 2007). Além disso, faz-se essencial que os alunos sejam incentivados a darem sentido aos conhecimentos já adquiridos. Assim, o professor pode proporcionar aos estudantes caminhos para a autonomia nos processos de aprendizagem, ao mesmo tempo em que está presente os auxiliando a entender e organizar seus conhecimentos, ampliando seu sentido social (FERREIRA, 2019).

Segundo (MOURA; BARBOSA, 2010; NOGUEIRA, 2007), cabe ao professor permitir que o aluno se revele por si, mostrando-se e interagindo em todos os momentos. O papel do professor desdobra-se em muitas funções que devem ser descobertas e assumidas conforme se dá o fluxo de desenvolvimento do aluno. O professor é o organizador do ambiente social, que é o fator educativo por excelência (FREIRE, 2011). É por isso que enfatizamos a posição do aluno como quem dirige o seu próprio processo de aprendizagem (FERREIRA, 2019).

É fundamental ao se elaborar um plano de aula baseado em projetos, cuja a peça central seja o aluno, em todos os seus aspectos e preferências, e essa metodologia é defendida por muitos autores. Vygotsky (2003b) privilegia a apresentação da prática pedagógica interativa, por atribuir à instrução preponderante papel na constituição da consciência. Em uma visão histórico-cultural do conhecimento, segundo a qual o saber social é criado nas interações, enquanto o professor é responsável por organizar atividades educacionais que possibilitem ao indivíduo criar e, conseqüentemente, internalizar o conhecimento social. Nesta linha de raciocínio, Vygotsky (2003a, p. 76) afirma:

Do ponto de vista psicológico, o professor é o organizador do meio social educativo, o regulador e controlador de suas interações com o educando e é onipotente em sua influência indireta, através do meio social. O ambiente social é a autêntica alavanca do processo educativo, e todo o papel do professor consiste em lidar com essa alavanca.

Na proposta didática desta pesquisa, o professor irá mediar a construção do conhecimento, estando ao lado do educando, estimulando a agir de forma autônoma e incentivando o trabalho como sociedade, por meio de ações em grupo e construção comunitária do conhecimento, assim como exposto por Vygotsky (2003a).

Após os alunos realizarem os trabalhos em grupo, poderá ser organizado um seminário para apresentação dos resultados (FERREIRA, 2019), para que haja um fechamento coletivo desta etapa da proposta didática, transpassando o sentimento de projeto aos alunos, onde foram protagonistas do início ao fim. Para esse momento, sugerimos convidar, dentro do possível, autoridades locais,

como representantes municipais da Fundação Ambiental do Município de Araranguá (FAMA), vereadores, veterinários ou membros de ONG's que são parte fundamental para que essa legislação produza efeitos em todos os seus aspectos. Isso poderia auxiliar os alunos no sentido de mostrar a eles que o conhecimento e ações produzidas são essenciais em prol do futuro de suas comunidades, compreendendo desde jovens a importância da sua formação como cidadãos (FARIAS, 2007).

A apresentação poderá se efetivar em meio digital, sendo que se sugeriu *banners* criados on-line. Destacamos que é fundamental que na apresentação seja respeitada a ordem da divisão dos conteúdos para que a lei seja vista na sua sequência, sem alterar sua ordem, e assim evitando conflitos de conteúdo, demonstrando que com a participação de cada grupo, foi possível estudar a lei inteira. Sendo essencial que antes de construir o trabalho do grupo, façam uma leitura completa da lei para que possam compreendê-la como um todo único. Este momento pode ser importante para todos participarem e acompanharem o projeto desenvolvido por cada grupo, bem como contribuir com os seus conhecimentos, tanto entre os alunos como entre os representantes da sociedade que, possivelmente, estejam presentes.

Cada grupo de estudos poderá fazer a apresentação da parte da legislação, podendo ajudar os demais grupos a entenderem o todo da Lei em questão. Os alunos podem apresentar oralmente os pontos da Lei estudados, fazendo uso do *banner* digital como recurso. O professor como mediador poderá realizar intervenções e promover uma integração entre os grupos para que todos conheçam a Lei e suas implicações (BARROS, 2016). Da mesma maneira, sugere-se buscar que os alunos tragam suas impressões pessoais sobre o que estudaram, trazendo relatos pessoais, críticas e sugestões tanto para a sua parte de estudo como para as dos colegas.

4.3 Parte III – Conclusão e avaliação das atividades

Na última etapa da proposta didática, sugere-se que seja feita uma sistematização dos conteúdos estudados na Lei, através dos trabalhos apresentados. Principalmente, conectando o tópico ao eixo temático Vida e

Evolução da BNCC (2017) que engloba o estudo dos seres vivos: suas características e necessidades, processo evolutivo, interação entre os seres vivos – principalmente a interação que o ser humano estabelece entre si e com os demais seres vivos e elementos não vivos do ambiente – e preservação da biodiversidade. Assim, possibilita-se uma revisão dos temas trabalhados por cada grupo, tirando possíveis dúvidas e incentivando o debate entre os alunos.

Para promover a fixação do conteúdo apresentado, sugere-se que seja aplicado um questionário que tem como objetivo entender a percepção que os alunos tiveram da Lei e de como foi desenvolvida cada etapa de atividades. As perguntas do questionário podem conter partes da Lei conectadas a exemplos práticos, levantados pelos alunos durante o desenvolvimento da proposta didática em sala de aula.

As perguntas aplicadas no questionário têm por objetivo investigar se os alunos demonstram compreensão do conteúdo estudado na Lei e, acima de tudo, se conseguem aplicá-lo no seu cotidiano. As respostas dos alunos darão o direcionamento para o prosseguimento da aula, pois é através delas que será possível verificar quais pontos ainda merecem ser trabalhados ou que ainda instigam dúvidas.

De acordo com Luckesi (2002), é imprescindível dar um *feedback* aos alunos, de forma individual e coletiva, para que eles saibam da importância de realizar cada atividade e quais aspectos podem melhorar. Entende-se que a aula, portanto, deve ser um espaço que permita, favoreça e estimule a discussão, existindo numa realidade contextualizada temporal e espacialmente, num processo histórico em movimento. Nesse viés, a aula pode ser caracterizada como viva, funcionando com dupla direção: de receber a realidade para trabalhá-la cientificamente e a de voltar para ela de forma nova, com diferentes propostas de intervenção (MASETTO, 2014).

4.4 Parte IV- Colocando em prática o conhecimento

No seguimento da proposta didática, o objetivo seria organizar com a turma um levantamento de atitudes/ideias que podem ser feitas em seus

bairros/regiões para incentivar a proteção aos animais, tendo como base norteadora o que preconiza a Lei estudada. Os professores podem incentivar os alunos a olharem para as realidades em que estão inseridos e pensarem como podem atuar nelas para incentivar a prática da proteção aos animais, de acordo com a lei objeto de estudo deste trabalho. Assim, os alunos podem se ver como protagonistas e agentes sociais que podem e devem contribuir na construção de um lugar melhor, de acordo com o que eles acreditam ser o melhor para o bem coletivo.

Fazer com que os alunos considerem possível contribuir na melhora de suas realidades. Esse será o diferencial na construção da aprendizagem, pois eles poderão ver que é possível contribuir de alguma forma em qualquer circunstância. Portanto, justifica-se a importância de se trabalhar por meio da aprendizagem baseada em projetos, pois assim o conteúdo não fica segmentado, mas sim contextualizado e integrado (FREIRE, 2011). Assim, buscamos neste trabalho incentivar os alunos, para que reflitam e pensem em estratégias que irão impactar as pessoas que os rodeiam, que fazem sentido para as suas realidades e que eles estão contribuindo para a formação de uma sociedade sustentável e democrática.

Sugere-se que seja organizado um dia de conscientização, em que os alunos se posicionem como responsáveis organizando panfletos ou material de divulgação que faça sentido para suas comunidades. Esta etapa poderá ser feita na escola e/ou no bairro que residem, distribuindo o material confeccionado e conversando com as pessoas sobre a importância do tema. Os alunos disseminarão seus conhecimentos e vivenciaram em sala de aula. Para isso, alguns *banners* digitais serão impressos de forma a ilustrar de forma criativa o tema proposto pelos educandos.

Os alunos terão nessa etapa a oportunidade de levar seus conhecimentos para além da sala de aula, terão a possibilidade de exercitar a empatia e colocar-se no lugar dos outros, pois ao passar a mensagem que eles desejam é importante que entendam a realidade das pessoas que estão conversando. Esse tipo de trabalho pode contribuir de forma positiva na formação dos alunos, pois estarão vendo e compartilhando experiências com outras pessoas, além de

poderem exercer a socialização com pessoas que usualmente não fariam e assim assumem um papel social de conscientização da população.

4.5 Parte V - Avaliação das atividades

De acordo com Corrêa (2013), a avaliação educacional tem a função de conhecer a realidade do ambiente de ensino, com o objetivo de orientar as tomadas de decisões e de aperfeiçoar os processos educativos. Assim, como buscamos a todo momento fazer com que os alunos se tornem protagonistas na construção da aprendizagem, na avaliação não seria diferente.

Por isso, para esta etapa foi proposto que, sejam refeitos os questionamentos de *brainstorming* da primeira aula, de forma que eles tenham acesso as suas respostas iniciais, possam comparar suas primeiras percepções e as mudanças decorrentes do que eles aprenderam com esse projeto.

A aprendizagem baseada em projetos propõe que os alunos sejam protagonistas, inclusive no momento da avaliação, assim eles poderão reconhecer onde erraram e perceber como puderam evoluir e aprimorar seus conhecimentos (LUCKESI, 2002).

A proposta de avaliação desse trabalho poderá fazer com que os alunos percebam de forma mais específica a maneira como evoluíram no decorrer do processo. Dessa forma, eles podem refletir sobre quais aspectos eles compreenderam de fato e quais ainda podem melhorar. Nesse viés, a avaliação vai além de quantificar notas. Como afirma Luckesi (2002, p. 84), “Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória, nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva”.

A avaliação é essencial à educação, inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento e reflexão sobre a ação. Desta forma, um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no sentido de indagar, instala sua docência em verdades absolutas, pré-moldadas e terminais (FERREIRA, 2019). A avaliação pode fornecer ferramentas ao professor sobre como a turma está assimilando as discussões sobre os tópicos estudados e sobre o processo formativo dos alunos. Mais importante, a avaliação pode dar direcionamentos sobre próximas ações didáticas.

Desta forma, é essencial que a avaliação esteja presente em todos os momentos, de forma processual. Portanto, sugere-se que, após os alunos realizarem a atividade de avaliação onde irão comparar suas respostas dadas no início da proposta didática e ao final, seja feito uma reflexão coletiva, incentivando os alunos a compartilharem as impressões que tiveram, de que forma modificaram seus conhecimentos, se foi válido ou como poderia ter sido melhor. Outra sugestão é que eles também falem sobre aspectos que não tenham gostado ou concordado, ou que não tenham sido contemplados, durante todo o desenvolvimento da proposta didática, incentivando-os a expor seus argumentos de forma clara, com respeito, educação e empatia, pois desta maneira possibilita-se um ambiente potencial de troca de experiências e autoavaliação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo contemplou a apresentação de uma proposta didática sobre o tema defesa dos animais, baseadas na Lei Municipal de Araranguá nº 3309/2014, por meio do uso da abordagem de ensino baseada em projetos (MOURA; BARBOSA 2010). O tópico central do trabalho segue a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), especificamente a unidade temática Vida e Evolução, cujo objeto de discussão é a Preservação da Biodiversidade.

Relacionado a este conteúdo, a proposta didática elaborada trabalha os princípios de proteção de animais, estabelecendo relações com seus ambientes de convívio. Assim, seguindo a abordagem de ensino baseada em projetos (MOURA; BARBOSA, 2010; NOGUEIRA, 2007), são trabalhadas estratégias dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à temática do trabalho para que o professor possa estabelecer uma estruturação acessível e flexível do conteúdo através de projetos (FERREIRA, 2019).

A abordagem de ensino baseada em projetos norteia a proposição das atividades. O público alvo sugerido para as atividades didáticas são os alunos no 9º Ano do Ensino Fundamental, podendo, no entanto, serem adaptadas de acordo com diferentes níveis de ensino (LIMA & MAUÉS, 2006). Destarte que para o presente trabalho foi utilizada a legislação do município de Araranguá-

SC, porém pode-se fazer adaptações com base em normas dos estados ou de outros municípios com temas correlatos.

Através deste estudo, almejou-se fomentar ideias para uma proposta didática que visa a compreensão de legislação específica em sala de aula, Lei Municipal Nº 3309/2014, da cidade de Araranguá-SC, a fim de levar os alunos a refletirem conscientemente como cidadãos responsáveis por suas atitudes. Por isso, o trabalho propõe trazer para a sala de aula o tema proteção aos animais, o qual possivelmente faz parte do cotidiano da maioria dos alunos.

Como a abordagem de ensino baseada em projetos coloca o aluno como ator central das atividades desenvolvidas (MOURA; BARBOSA, 2010; NOGUEIRA, 2007), esta proposta didática incentiva a adoção de iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade na qual eles estão inseridos, especialmente sobre o tema proteção aos animais (LIMA & MAUÉS, 2006), que segue a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). O resultado esperado com esse trabalho é o de prover sugestões de atividades didáticas que não apenas auxiliem na compreensão crítica da Lei em foco, mas que principalmente valorizem o conhecimento prévio dos alunos e o meio em que estão inseridos, a fim de se pensar e elucidar ações necessárias sobre a questão.

Da mesma forma, por meio desta proposta didática, objetiva-se que mais pessoas se sintam motivadas a levar a legislação para a sala de aula, desmistificando a ideia de que o estudo da lei é complexo, pois é fundamental que desde criança seja incentivada a participação democrática e cidadã na construção de nossa sociedade (BARROS, 2016). Nesse sentido, objetivou-se trabalhar de forma motivadora e prazerosa para os integrantes desse processo. Cabe a cada professor que irá colocar em prática as ideias desse trabalho adaptá-las à sua realidade, de forma que esse é apenas um dos inúmeros caminhos possíveis para se trabalhar esse tema de extrema importância e relevância social.

Além do conhecimento científico, é importante desenvolver nos alunos inteligência emocional e senso crítico. Assim, a proposta didática desenvolvida buscou acima de tudo aliar este aspecto para que se possa trabalhar na

formação de cidadãos integralmente desenvolvidos, que saibam expor suas ideias, opiniões e conhecimentos de forma adequada e responsável, tratando questões sociais relevantes no contexto de sala de aula.

5.1 Limitações do estudo

Uma das dificuldades na construção desse trabalho, foi a escassez de trabalhos semelhantes, que façam uso de legislação em sala de aula. Diante disso, faz-se necessário o incentivo e criação de material de apoio para que os docentes se sintam à vontade para desenvolver trabalhos similares. Desta forma, este trabalho pode subsidiar educadores e incentivar essa prática.

Outra limitação seria que a proposta didática não foi aplicada até o momento, devido a uma questão de tempo e ao contexto atual da pandemia que restringe ações presenciais. Da mesma forma, a execução da proposta poderia desencadear um outro projeto de pesquisa, devido a sua extensão e aos pontos que poderiam ser analisados.

5.2 Indicações para pesquisas futuras

Recomenda-se que outras pesquisas futuras tragam de forma significativa o estudo de normas jurídicas que tratam de temas que façam parte do cotidiano dos alunos, em todos os níveis de ensino e que divulguem seus trabalhos fazendo com cada vez mais pessoas sejam atingidas e possam multiplicar as práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. T. **Educação e legislação: Desafios para o aprendizado político e a cultura democrática.** Educ. Soc., Campinas, v. 37, nº. 136, p.861-872, jul.-set., 2016.

BERGALA, A. **A hipótese-cinema: pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola.** Rio de Janeiro: Booklink; CINEAD-LISE - FE/UFRJ, 2008.

BRANDI, A. T. E.; GURGEL, C. M. A. **A alfabetização científica e o processo de ler e escrever em séries iniciais: emergências de um estudo de investigação-ação.** *Ciência & Educação*, Brasília, v. 8, n. 1, p.113-125, 2002. Disponível em: <<http://www2.fc.unesp.br/cienciaeeducacao/include/getdoc.php?id=541&article=191&mode=pdf>> Acesso em 24 abril. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf> Acesso 22 outubro 2019;

BRASIL. Decreto nº 16.590, de 10 de setembro de 1924. **Aprova o regulamento das casas de diversões públicas.** Diário Oficial da União, 13 set. 1924. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16590-10-setembro-1924-509350-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 de abril de 2020.

CARDANO, M. **Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação.** Rio de Janeiro: Vozes, 2017, p. 23-106.

CORRÊA, Denise Maria Moreira Chagas. **Indicadores de gestão do TCU e o desempenho dos cursos no Enade: um estudo de cursos de graduação.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

DIAS, Edna Cardozo. **Teoria dos direitos dos animais.** In: BIZAWU, Sébastien Kiwonghi (Coord.). *Direito dos animais: desafios e perspectivas da proteção internacional.* Belo Horizonte: Arraes, 2015. p. 32-52.

FARIAS, C. R. O; CARVALHO W. L. P. **O direito ambiental na sala de aula: significados de uma prática educativa no ensino médio.** *Ciência e Educação*, v. 13, n. 2, p. 157-174, 2007;

FERREIRA, Thiago Maciel. **Novos Métodos Para Uma Nova Educação.** *Rev. Int. Investig. Cienc. Soc.* vol.15 no.1 Asunción June 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

KLEIN, Ana Maria. **O uso da aprendizagem baseada em problemas e a atuação docente.** Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Uberlandia, v. 4, n. 2S, p. 288-298, 2013.

LIMA, M. E. C. de C.; MAUÉS, E. **Uma releitura do papel da professora das séries iniciais no desenvolvimento e aprendizagem de ciências das crianças.** Ensaio - Pesquisa em Educação em Ciências, v.8, n.2, dez. 2006.

LUCKESI, C. C. (2002). **Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais.** São Paulo: Eccos Revista Científica. (v. 4).

MARTINS, I. P.; PAIXÃO, M. de F. **Perspectivas atuais ciência-tecnologia-sociedade no ensino e na investigação em educação em ciência.** In: SANTOS, W. L. P. dos; AULER, D. (Orgs.). CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

MASETTO, M.T. (Org.). **Docência na universidade.** Ebook. Campinas: Papyrus, 2014.

MIRAS, M. **Um ponto de partida para a aprendizagem de novos conteúdos: os conhecimentos prévios.** In: COLL, C. et al. (Org.). O construtivismo na sala de aula. 6 ed. São Paulo: Ática, 2009.

MOURA, Dácio Guimarães de; BARBOSA, Eduardo Fernandes. **Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais.** Petrópolis –RJ. Editora Vozes, 2010;

NEUMANN, Susana Elisabeth; BORELLI, Verena Alice; OLEA Pelayo Munhoz. **Aprendizagem Baseada em Projetos no Curso de Administração: Um Estudo de Caso em uma Instituição de Ensino da Serra Gaúcha.** Caxias do Sul, out. 2016, In: XVI Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvimostrappga/paper/viewFile/4848/1582>>. Acesso em: 09 de abril de 2020.

NOGUEIRA, Nilo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento de múltiplas inteligências – 7. ed** – São Paulo: Érica, 2007.

PAULA, Vinícius Renó. **Aprendizagem baseada em projetos: Estudo de caso em um curso de Engenharia de Produção.** Itajubá, jan. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/679/dissertacao_paula_2017.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 de Abril de 2020.

SALVADOR, Â. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 11. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Sulina, 1986.

UNESCO BRASIL. **Ensino de Ciências: o futuro em risco**. 2005. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139948por.pdf>. Acesso em: 26 abril. 2021.

VYGOTSKY, L. S. (2003a). **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores** (6ª. ed). (J. Cipolla Netto et al., Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, L. S. (2003b). **Psicologia Pedagógica**. Edição Comentada. Porto Alegre: Artmed.

ANEXOS

ANEXO I

PLANO DE AULA DA PROPOSTA DIDÁTICA

PÚBLICO-ALVO: Alunos do 9º ano do Ensino Fundamental

PROFESSOR: Professores do 9º ano do Ensino Fundamental

TEMPO DE DURAÇÃO: Aproximadamente 11 horas-aula

NOME DA DISCIPLINA: Ciências

UNIDADE TEMÁTICA: Vida e Evolução (BNCC, 2019)

CONTEÚDO: Preservação da Biodiversidade através da Lei Municipal nº 3309/2014

TEMA: Proteção aos animais: legislação municipal em aulas de ciências baseadas em projetos

OBJETIVO GERAL:

Estimular e desenvolver nos alunos atitudes e conhecimentos sobre proteção aos animais, de acordo com a legislação municipal de Araranguá, nº 3309/2014, cujo foco é Proteção aos Animais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Os alunos serão capazes de:

- Conhecer a legislação municipal que embasa o projeto, bem como sua importância, forma de criação, aplicação e fiscalização;
- Desenvolver cuidado com o bem-estar dos animais;
- Analisar formas de aplicação prática das vivências de sala de aula sobre o tópico de aula;
- Desenvolver criticidade sobre os alunos serem cidadãos conscientes e ativos em suas comunidades;
- Estudar por meio de projetos, de forma a vivenciar o conteúdo e torna-lo mais significativo para todos os envolvidos;
- Efetuar a construção do conhecimento, por meio de projetos de forma a aliar o conhecimento prévio, o conhecimento científico, as necessidades da comunidade e produzir conteúdo de qualidade para ser disseminado por meio de banners digitais.

METODOLOGIA

PARTE I - INICIANDO AS ATIVIDADES: INTRODUÇÃO E SONDAÇÃO – 2 horas aula aproximadamente

O plano de aula inicia com um *brainstorming* que visa sondar os conhecimentos prévios que os alunos têm sobre o tema. Para esta atividade, será entregue uma folha rascunho para cada aluno, os quais deverão anotar suas respostas às questões, adicionando o seu nome e a data. Algumas sugestões de perguntas são:

- O que vocês entendem por bem-estar animal?
- Vocês possuem animais de estimação? Como você promove o bem-estar deles?
- Qual a função do poder público na garantia do bem-estar dos animais? Exemplo: FAMA, Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal, etc.
- Você conhece alguma lei em nossa cidade que regulamenta isso?
- Como podemos promover uma maior proteção aos animais em nossa cidade?
- Você conhece algum projeto ou ONG de proteção aos animais? Qual sua opinião sobre o trabalho da instituição?

Após receber de volta as anotações dos alunos, será feita uma discussão de forma oral sobre suas opiniões, reservando as respostas escritas do questionário para serem utilizadas posteriormente.

Após esse momento, os alunos assistirão partes de um filme para despertar a curiosidade. É importante instruí-los para que prestem bastante atenção e guardem suas opiniões para discutirem depois. Existem muitas opções de filme que tratam sobre o tema, entre elas sugerimos:

- Okja;
- Dr. Dolittle;
- O Rei Leão;
- Rio;
- Pets;
- Mogli, o menino lobo.

As cenas do filme devem ser selecionadas pelo professor da turma, de acordo com o perfil do grupo. Após, poderão ser feitos questionamentos aos alunos, estimulando o pensamento crítico e a empatia, a fim de promover simulações e projeções a partir dos relatos baseados no filme e exemplos reais do cotidiano da turma. É possível, nesta etapa, dividir o filme em partes, a fim de fazer uma seleção. Logo, fazer mediações de discussão sobre seções específicas de cada filme. Assim, é possível conectar as perguntas lançadas no *brainstorming* com o objetivo de assistir partes de um filme sobre o tema.

PARTE II – DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES – aproximadamente 5 horas aula

Após refletir sobre o que os alunos conhecem, juntamente com o conteúdo das partes do filme, inicia-se o estudo da Lei Municipal Nº 3309/2014. Para isso, faz-se um primeiro momento de discussão sobre como é feito o processo de criação de uma lei, por exemplo, quem propõe e aprova as leis no município, bem como quem as fiscaliza. Caso haja tempo hábil, poderá ser organizada visita à Câmara de Vereadores do município.

Para promover o estudo, sugere-se dividir a turma em grupos e cada grupo ficará com um dos temas de que trata a nossa lei. Desta forma, os alunos deverão ler e verificar se tal parte da lei é colocada em prática, de acordo com

sua vivência cotidiana no município ou baseando-se nas cenas do filme trabalhado anteriormente. Os alunos serão instigados a pensarem sobre as maneiras que a lei é colocada em prática, trazendo sugestões e buscando exemplos práticos em nossa comunidade.

Sugestões de divisão dos grupos de estudo:

- Introdução e do registro de animais: artigos 1º ao 16º;
- Das responsabilidades dos tutores: artigos 17º ao 22º;
- Das responsabilidades do poder público, das responsabilidades da secretaria municipal de saúde, das responsabilidades da fundação ambiental do município de Araranguá – FAMA: artigos 23º ao 34º;
- Controle animal, programa de controle populacional de cães e gatos, do registro e da identificação de cães e gatos, do controle reprodutivo de cães e gatos: artigos: artigos 35º ao 39º;
- Do recolhimento seletivo à destinação, recolhimento, manejo, transporte, triagem e alojamento e destinação: artigos 40º ao 49º;
- Esterilização e encaminhamento final e eutanásia: artigos 50º ao 60º;
- Do controle, da criação e comercialização de animais: artigos 61º ao 73º;
- Da prevenção e controle de doenças específicas, da implantação de programas educativos: artigos 74º ao 83º;
- Das penalidades e sanções administrativas e das disposições finais: artigos 84º ao 101º.

Após estudar a Lei, os grupos deverão organizar suas apresentações por meio de *banners* digitais para serem compartilhados on-line. Eles farão as pesquisas e prepararão o material no laboratório de informática. O tempo necessário para o preparo do material deverá ser programado conforme o andamento das aulas. Recomenda-se destinar duas ou três aulas para o desenvolvimento dos *banners*, durante o qual o professor pode atuar como mediador, auxiliando os estudantes na construção do trabalho e nas dúvidas que tiverem.

Após o período de preparação das apresentações, poder-se-á organizar um seminário para apresentação dos trabalhos. Sugerimos nesse dia convidar representantes da Fundação do Meio Ambiente (FAMA), vereadores,

veterinários e/ou membros da Secretária de Saúde para participarem e acompanharem o projeto desenvolvido, bem como contribuírem com os seus conhecimentos.

PARTE III – CONCLUSÃO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES – 1 hora aula

Quando todos os grupos tiverem apresentado, deverá ser feito um fechamento do projeto, revisando todos os temas que foram vistos, tirando as dúvidas e incentivando a participação dos alunos. Aplicar-se-á um questionário com os alunos para entender sua percepção da Lei e de como foi desenvolvido cada etapa de atividades. As perguntas do questionário trarão partes da Lei conectadas aos exemplos práticos levantados pelos alunos durante as aulas dedicadas ao desenvolvimento do projeto da proposta didática.

PARTE IV- COLOCANDO EM PRÁTICA O CONHECIMENTO -2 horas aula

Para fazer um fechamento desta atividade, pode-se fazer um levantamento de atitudes e ideias que podem ser feitos em seus bairros e regiões para incentivar a proteção aos animais, baseando-se na Lei estudada.

Os professores podem incentivar os alunos a olharem para as realidades em que estão inseridos e pensarem como podem atuar nelas, a fim de incentivar a prática da proteção aos animais, de acordo com a lei objeto de estudo desta proposta didática. Assim, os alunos podem se ver como protagonistas e agentes sociais que devem contribuir na construção de um lugar que vai ao encontro do que eles acreditam ser o melhor para o bem coletivo.

Por fim, sugere-se que organizem todas as ideias em forma de panfletos impressos, a fim de promover um dia de conscientização pela escola e/ou pelo centro da cidade, distribuindo o material e conversando com as pessoas sobre a importância do tema. Para isso, alguns *banners* digitais poderão impressos.

AValiação – 1 hora aula

Além de avaliar a produção dos *banners* digitais feitos pelos alunos, deverão ser refeitos os questionamentos da primeira aula e, em seguida, eles terão acesso

as suas respostas, a fim de compararem suas primeiras percepções e as possíveis mudanças decorrentes do que eles aprenderam com esse projeto.

RECURSOS:

- Folhas rascunho descartadas na secretaria escola;
- Televisão ou projetor com som para assistir as cenas do filme;
- Filme (gravado em CD ou plataforma on-line como NetFlix e Amazon Prime Video);
- Laboratório de informática para fazer a atividade dos banners digitais;
- Impressora para imprimir alguns *banners* digitais no formato de panfletos (caso seja efetivada esta etapa).